



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Direito Processual Civil I- Turma A
Licenciatura
2023-2024

Unidade curricular

Direito Processual Civil I

Docente responsável e respectiva carga letiva na unidade curricular

José Luís Bonifácio Ramos

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Joana Pinto Monteiro
Henrique Marques Candeias
Gonçalo Aleixo Nunes

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreender o Direito Processual Civil, enquanto ramo do Direito.

Identificar os principais problemas que a disciplina coloca.

Conhecer a organização judiciária.

Estudar e analisar os princípios processuais, os actos processuais e os pressupostos processuais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas serão essencialmente expositivas.

As aulas práticas consistirão, fundamentalmente, na realização de hipóteses pelos alunos, no esclarecimento de dúvidas, decorrendo a avaliação nos estritos termos das normas regulamentais em vigor.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A combinação entre o ensino teórico e o ensino prático, matriz da Faculdade de Direito, deve ganhar especial expressão numa disciplina deste jaez.

Conteúdos programáticos

A) PROGRAMA E CRONOGRAMA DAS AULAS TEÓRICAS

1.ª aula

1. Introdução ao Processo Jurisdicional
2. Noção de Processo.
3. Os Elementos do Processo.

2.ª aula

4. O Direito Adjectivo e o Direito Instrumental.
5. A Evolução Histórica e as Fontes do Direito Processual Civil.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6. As Reformas Legislativas do Século XXI: Um Novo Código de Processo Civil?

3.ª aula

7. A Ciência do Direito Processual Civil
8. Os Sujeitos do Processo Civil
9. O Objecto do Processo: Noções Gerais sobre o Pedido e a Causa de Pedir
10. O Acesso à Justiça: A Justiça Pública.
11. Justiça Estadual e Resolução Alternativa de Litígios

4.ª aula

12. A Acção e o Processo Civil: As Diferentes Espécies de Acções.
13. A Acção Declarativa.
14. As Formas de Processo. Processo comum e especial.
15. A Dimensão Constitucional do Processo Civil

5.ª aula

16. Os Princípios Estruturantes do Processo Civil Actual
17. O Princípio da Equidade.
18. O Princípio da Igualdade de Armas.
19. O Princípio do Contraditório.

6.ª aula

20. O Princípio do Dispositivo.
21. O Princípio do Inquisitório.
22. O Dever de Gestão Processual.
23. O Princípio da Cooperação
24. O Princípio da Legalidade.

7.ª aula

25. Boa Fé Processual e Recíproca Correção.
26. A Preclusão.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 27. A Estrutura do Processo Civil.
- 28. Actos Processuais e Factos Processuais.
- 29. Os Actos do Tribunal.
- 30. Os Prazos Processuais

8.ª aula

- 31. Os Actos das Partes:
- 32. Actos Constitutivos e Actos Postulativos.
- 33. Os Negócios Processuais.
- 34. As Nulidades Processuais.

9.ª aula

- 35. Os Pressupostos Processuais
- 36. Condições de Admissibilidade e Condições da Acção
- 37. Pressupostos Positivos e Pressupostos Negativos
- 38. Os Pressupostos Relativos às Partes e os Pressupostos Relativos ao Tribunal

10.ª aula

- 39. A Competência
- 40. Os Tribunais Comuns e os Tribunais Especiais.
- 41. Os Tribunais Estaduais e os Tribunais Arbitrais.
- 42. Os Tribunais Arbitrais Voluntários e os Tribunais Arbitrais Necessários.
- 43. Arbitragem Voluntária
- 44. A Competência do Tribunal Arbitral
- 45. O Efeito Negativo da Convenção de Arbitragem

11.ª aula

- 46. Os Julgados de Paz
- 47. A Competência dos Julgados de Paz
- 48. A Competência Exclusiva ou Alternativa dos Julgados de Paz.
- 49. Conflitos de Jurisdição e de Competência.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

50. O Tribunal de Conflitos.

12.ª aula

51. As Categorias de Tribunais.

52. Os Tribunais Judiciais.

53. O Supremo Tribunal de Justiça.

54. O Tribunal da Relação.

55. O Tribunal de Primeira Instância.

13.ª aula

56. Os Elementos do Tribunal: O Juiz, o Ministério Público, a Secretaria.

57. O Estatuto dos Magistrados Judiciais e dos Magistrados do Ministério Público.

58. Os Impedimentos e as Suspeições.

59. A Responsabilidade dos Magistrados.

14.ª aula

60 A Competência dos Tribunais Comuns.

61. A Divisão Territorial

62. A Metamorfose do Tribunal de Comarca.

63. Competência interna: a Competência em Razão da Matéria.

15.ª aula

64. Competência interna: a Competência em Razão do Valor.

65. Competência interna: a Competência em Razão da Forma de Processo.

16.ª aula

66 Competência interna: a Competência em Razão do Território.

67. Os Pactos de Competência e a sua relação com a competência interna.

17.ª aula

68. A Competência Internacional.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

69. Os Pactos de Jurisdição: Princípio da Consensualidade..

18.ª aula

70. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 1215/2012 de 12 de Dezembro.

71. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 2201/2003 de 27 de Novembro

19ª aula

72. As Regras de Competência do Regulamento CE nº 4/2009 de 18 de Dezembro de 2008.

73. A Competência Internacional do Direito Interno Português.

74. As Garantias da Incompetência: A Incompetência Absoluta e a Incompetência Relativa.

20ª aula

75. A Parte Processual.

76. A Personalidade Judiciária.

77. A Capacidade Judiciária.

21ª aula

78. A Incapacidade Judiciária em Sentido Amplo e em Sentido Restrito. Em Particular a Irregularidade de Representação.

79. O Patrocínio Judiciário Obrigatório.

22ª aula

80. O Interesse em Agir.

81. A Legitimidade Processual.

82 A Legitimidade Singular.

83. Legitimidade para a Tutela de Interesses Difusos.

23ª aula

84. A Legitimidade Singular e a Legitimidade Plural.

85. O Litisconsórcio Voluntário

86. O Litisconsórcio Necessário.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

24ª aula

- 87. O Litisconsórcio Unitário e Não Unitário.
- 88. O Litisconsórcio Subsidiário e Alternativo.
- 89. Efeitos da Preterição de Litisconsórcio necessário.

25ª aula

- 90. A Coligação.
- 91. Obstáculos à Coligação.
- 92. As Consequências da Coligação Ilegal.
- 93. Litisconsórcio inicial e Litisconsórcio Sucessivo. Coligação sucessiva?

Sugestões bibliográficas

B) BIBLIOGRAFIA (por ordem alfabética)

ABREU, Joana Covelo de — *Tribunais Nacionais e Tutela Jurisdicional Efectiva*, Coimbra, 2019.

ANDRADE, Manuel de — *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1979.

ALEXANDRE, Isabel — “Representação do Estado Português em Acções Cíveis”, *Revista do Ministério Público*, A. 33, nº 131 (Jul.-Set. 2012), p. 9-47.

— “O Dever de Gestão Processual do Juiz na Proposta de Lei Relativa ao Novo CPC” in www.cej.pt

ALMEIDA, Francisco Ferreira de — *Direito Processual Civil*, Vol. I, 3ª ed., Coimbra, 2019.

BRITO, Pedro Madeira de — “O Novo Princípio da Adequação Formal” in Aspectos do Novo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Processo Civil, Lisboa, 1997.

BRITO, Wladimir— *Teoria Geral do Processo*, Coimbra, 2019.

CAPPELLETTI, Mauro— *Processo, ideologias e sociedade*, Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris, 2010.

CASANOVA, Salazar— “Notas breves sobre a lei de organização do sistema judiciário” (Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto), ROA, ano 73, II/III, Lisboa, 2013, p. 461 ss.

CASTRO, Artur Anselmo de, *Direito Processual Civil Declaratório*, Coimbra, 1981/1982.

CORDEIRO, António Menezes — Tribunal arbitral, falta de advogado, principio do contraditório, anotação do tribunal da relação de Lisboa de 16 de Setembro de 2008 / António Menezes Cordeiro In: Revista da Ordem dos Advogados. - Lisboa. - A. 69 (Jan.-Mar./Abr.-Jun), p. 367-375

— *Litigância de Má Fé, Abuso do Direito de Acção e Culpa “in agendo”*, 3ª ed. Coimbra, 2014.

— *Tratado da Arbitragem*, Coimbra, 2015.

CORREIA, João — Reformar o C.P.C, para quê? In: Julgar / Associação Sindical dos Juizes Portugueses. - Coimbra, 2012. - Nº 16 (Jan.-Abr. 2012), p. 131-135

— Debate sobre "A Reforma do Processo Civil", Debate a Reforma do processo civil 2012: contributos/Ministério Público – Lisboa: revista do Ministério Público, 2012. – 267 p.; 23 cm.- (Revista do Ministério Público – cadernos: 11)

CORREIA, João, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra, 2013.

COSTA, Salvador — Organização judiciária, ROA, ano 73, II/III, Lisboa, 2013.

DIDIER Jr. Fredie — Fundamentos do Principio da Cooperação no Direito Processual Civil Português, Coimbra: Wolters Kluwer, 2010.

— *Sobre a Teoria Geral do Processo, Essa Desconhecida*, 6ª ed., Lisboa, 2021

DINAMARCO, Cândido — *Nova Era do Processo Civil*, 4ª ed., São Paulo, 2013.

FARIA, Paulo Ramos de e Ana Luís Loureiro — *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, 2013.

FENOLL, Jordi — *Derecho Procesal: Introducción*, Madrid, 2014.

FERREIRA, Cardona — *Julgados de Paz, Organização, Competência e Funcionamento*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001.

— “Julgados de Paz: Cidadania e Justiça: Do Passado, pelo Presente para o Futuro”, in ROA,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

nº 23, 42-66.

FREITAS, José Lebre de — “Sobre o Conceito de Acto Processual” in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, Vol. II, Coimbra, 2012, pp. 149-164.

— *Introdução ao Processo Civil. Conceito e princípios gerais, à Luz do Novo Código*, 4ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2017.

— *A Acção Declarativa Comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra, 4ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2017.

FREITAS, José Lebre de e Isabel Alexandre — *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 1, 3ª ed., Coimbra, 2014;

FREITAS, José Lebre de e Isabel Alexandre — *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. II, 3ª ed, 2017.

GERALDES, Abrantes, *Temas da reforma do processo civil*, vol.I , 1998, vol. II , 1999, vol. III , 2003, vol. IV , Almedina, 2006, Coimbra.

— *Temas da nova reforma do processo civil (2012) / António Abrantes Geraldes*. In: *Julgar/Associação Sindical dos Juizes Portugueses*, Coimbra, 2012 – Nº 16 (Jan-Abr 2012), p.47-97.

— *O memorando de entendimento e a reforma do processo civil*, In: *Revista da Ordem dos Advogados*, 2011.

FERNANDEZ, Elisabeth e Marco Gonçalves, *Direito Processual Declarativo*, Coimbra, 2008.

GOUVEIA, Mariana França — *Justiça económica em Portugal – Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos*, 2012 – vols 23 cm – Vol 1/6: *Novo modelo processual – 2012 – 111 p. – ISBN: 978-989-8424-88-4*; Vol 1/3: *O sistema judiciário – 2012 – 362 p. – ISBN 978-989-8424-85-3*; Vol 2/3: *Factos e números – 2012. – 249p. – ISBN 978-989-8424-87-7*; Vol. 2/6 – *Gestão processual e oralidade. – 2012.- 92p.- ISBN: 978-989-8424-93-8*; Vol. 3/3: *Síntese e propostas – 2012 – 69 p. – ISBN 978-989-8424-84-6*; Vol. 3/6: *Produção e prova. – 2012 – 92 p. – ISBN: 978-989-8424-89-1*; Vol. 4/6: *A citação do réu no processo civil. – 2012 – 69 p.- ISBN: 978-989-8424-90-7*; Vol 6/6: *Meios de resolução alternativa de litígios. 2012. – 72 p.*

— «O princípio dispositivo e a alegação de factos em processo civil: a incessante procura da flexibilidade processual», *ROA*, 2013, pp. 595-617;

HENRIQUES, Sofia—*Os pactos de jurisdição no regulamento (CE) nº 44/2001* Coimbra, 2006.

JAUERNIG, Othmar — *Direito Processual Civil*, Coimbra, 2002.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- LOPES, José Mouraz—Gestão processual: tópico para um incremento da qualidade da decisão judicial In: *Julgar*. – Lisboa, 2010. – Nº 10 (Jan-Abr. 2010), p.139-149.
- LOURENÇO, Paula Meira — As medidas de descongestionamento dos tribunais tomadas entre 2005 e 2008, in *Interface – Administração Pública*, N.º 152, Agosto, 2008, 90-97.
- Regime Processual Civil Experimental – Simplificação e Gestão Processual (obra coletiva organizada pela Direcção-Geral da Política de Justiça), CEJUR, Coimbra, 2008, 81-97.
- MACHADO, A. Montalvão/PIMENTA, Paulo, *O Novo Processo Civil*, Coimbra, 2007.
- MARQUES, João Paulo Remédio, — *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, 3ª ed, Coimbra, 2011.
- MENDES, João de Castro, — *Direito Processual Civil*, Lisboa, AAFDL,1986/1987 .
- MENDES, João de Castro e Miguel Teixeira de Sousa, — *Manual de Processo Civil*, Vols I e II, Lisboa, 2022.
- MESQUITA, Lurdes — *Noções de Direito Processual Civil*, Gestlegal, Coimbra, 2020.
- MESQUITA, Miguel — *A Metamorfose do Futuro Tribunal de Comarca*, Coimbra, 2014.
- PEREIRA, Diogo Castanheira— *Interesse Processual na Acção Declarativa*, Coimbra, 2011.
- PEREIRA, Fernando Silva— *A Responsabilidade Probatória das Partes no Atual Modelo Processual*, Coimbra, 2019.
- *Noções Fundamentais de Processo Civil*, 2ª ed., Almedina, 2019.
- PICO, I Junoy, Joan—*El principio de la buena fe procesal*, 2ª ed. – Barcelona: Bosch, 2013
- PIMENTA, Paulo — *A Fase do saneamento do Processo Antes e Após a Vigência do Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, 2003.
- “Tópicos para a reforma do processo civil português” In: *Julgar/Associação Sindical dos Juízes portugueses* – Coimbra, 2012 – Nº 17 (Maio-Ago. 2012), p.109-134
- *Processo Civil Declarativo*, Coimbra, 2015.
- PINHEIRO, Luís de Lima — *DIP: Competência Internacional*, Lisboa, 2019.
- PINTO, Rui— “O processo civil português: diagnóstico e cura: um exercício de teoria pura”.In: *Julgar/Associação Sindical dos Juízes Portugueses*. – Coimbra, 2012. – Nº 17 (Maio-Ago.2012), p.135-149)
- “Critérios Judiciais de Convolação Não Homogénea pelo Artigo 16º do Regime Processual Experimental” in *Colectânea de Estudos de Processo Civil*, Coimbra, 2013, pp. 27-68.
- *Notas ao Código de Processo Civil*, Coimbra, 2014.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

RAMOS, José Luís Bonifácio — “Questões Relativas à Reforma do Código de Processo Civil” in *O Direito*, nº 144, III, 2012, pp. 569-598.

— “Desígnios do “novo” Código de Processo Civil Português” in *O Direito*, ano 145, IV, 2013, pp. 797-816.

— “Cooperação: Novidade ou Biombo do Aumento dos Poderes do Juíz?” in *O Direito*, ano 151, I, 2019, pp. 55-64.

— *Estudos de Direito Civil e de Direito Processual Civil*, Lisboa, 2021.

— “O Princípio da Cooperação Defronte da Proposta de Revisão do CPC” (Proposta de Lei nº 92/XIV/2ª) in *O Direito*, Ano 154, Vol. II, 2022, pp. 253-270.

REGO, Carlos Lopes do— Os princípios orientadores da reforma do processo civil em curso: o modelo de acção declarativa/In: *Julgar/Associação Sindical dos Juizes Portugueses – Coimbra 2012.- Nº 16 (Jan-Abr. 2012)*, p. 99-129

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. I , 1948 (reimp. 1982), vol. II , s.d. (reimp. 1981), vol. III , 1950, vol. IV, 1951 (reimp. 1987), vol. V, 1952 (reimp. 1984) e vol. VI, 1953 (reimp. 1984), Coimbra Editora, Coimbra.

—*Comentário ao Código de Processo Civil I* , 1960, vol. II, 1945 e vol. III, 1946, Coimbra, Coimbra Editora, 1946.

—*Processos Especiais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955/1956 (reimp. 1982).

SILVA, Paula Costa e — *Acto e Processo*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

— *A Litigância de Má Fé*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.

— “O Manto Diáfano da Personalidade Judiciária” in *Estudos em Honra do Professor Oliveira Ascensão*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 1869-1899.

— “Algumas Alterações de Fundo no Sistema Processual Civil” in *Cadernos de Direito Privado*, nº 28, Outubro/Dezembro, 2009, pp. 23 e segs.

— “De Minimis Non Curat Praetor: O Acesso ao Sistema Judicial e os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias” in *Estudos em Homenagem ao Professor Paulo de Pitta e Cunha*, Vol. III; Coimbra, 2010, pp. 287-301.

— *A Nova Face da Justiça – Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias*, Coimbra, 2009.

—Legalidade das formas de processo e gestão processual ou as duas faces de JANUS In: *Revista de Legislação Legislativa – Brasilia.- A.48, nº 100 (Abr.-Jun. 2011)*, p. 137-149.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- SOUSA, Miguel Teixeira de — *O interesse processual na acção declarativa*, AAFDL, Lisboa, 1989
- *Estudos sobre o novo Processo Civil*, Lisboa, Lex, 1997.
- *Introdução ao Processo Civil*, Lisboa, Lex, 2000.
- *A Nova Competência dos Tribunais Cíveis*, Lisboa, Lex, 1999.
- *As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa*, Lisboa, Lex, 1995.
- “Sobre o sentido e a função dos pressupostos processuais: algumas reflexões sobre o dogma da apreciação prévia dos pressupostos processuais na acção declarativa», *ROA*, 1989, 85-125;
- “Reflexões sobre a legitimidade das partes em processo civil», *CDP*, 2003, pp. 3-13;
- “As Recentes Alterações na Legislação Processual Civil”, in *ROA*, 61 (2001), 49-99.
- “Sobre a Qualidade Processual” in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Vol. I, 2002, pp. 823-834.
- *A Legitimidade Popular na Tutela dos Interesses Difusos*, Lisboa, 2003.
- “A Jurisprudência Constitucional Portuguesa e o Direito Processual Civil” in *XXV Anos de Jurisprudência Constitucional Portuguesa*, Coimbra, 2009, pp. 67-91.
- VAZ, Alexandre Pessoa – *Direito Processual Civil. Do Antigo ao Novo Código*, Coimbra, 2002.
- XAVIER, Rita Lobo – *Elementos de Direito Processual Civil*, 2ª ed., Porto, 2018.